

NOVA WESTFÁLIA: APONTAMENTOS SISTÊMICOS PARA UMA HEGEMONIA INTERDEPENDENTE

New Westphalia: Systemic pointings towards an Interdependent Hegemony

Octávio Henrique Alves Costa de Oliveira¹

Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi²

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – Rio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** octavioco98@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-1743-9365>

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** luccagiannini@gmail.com **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-2607-8327>

Recebido em: 13 fev. 2023 | Aceito em: 07 jun. 2023.

RESUMO

Este trabalho parte de uma perspectiva neogramsciana para indagar os rumos da ordem mundial atual em torno de uma transição ou reciclagem da hegemonia vigente. Para tanto, a partir de uma pesquisa exploratória e qualitativa apoiada em livros, artigos e documentos sobre a temática da ordem global e as características da EPI atual, a hipótese sustentada é de que as mudanças sistêmicas ocorridas nas duas últimas décadas representam uma mutação de uma hegemonia unipolar para uma hegemonia interdependente, onde potências do Norte e do Sul Global se entrelaçam em um processo co-constitutivo de constante formação e reformulação da ordem internacional. Empiricamente, dados como a maior fragmentação do poder em termos de PIB por poder paridade de compra (PPC), participação no campo da ciência e tecnologia, assim como uma descentralização e multilateralização institucional são analisados para sustentar a argumentação.

Palavras-chave: Ordem Mundial. Hegemonia Interdependente. Teoria Crítica Neogramsciana.

ABSTRACT

This paper departs from a neogramscian perspective to inquire the directions of the current world order towards a transition or recycling of the current hegemony. Therefore, from an exploratory and qualitative research based on books, articles and documents on the theme of the global order and the characteristics of the current IPE, the sustained hypothesis is that the systemic changes occurred in the last two decades represent a mutation from an unipolar hegemony to an interdependent hegemony, where powers from the Global North and South intertwine in a co-constitutive process of constant formation and reformulation of the international order. Empirically, data such as the greater fragmentation of power in terms of GDP per purchasing power parity (PPP), participation in the field of science and technology, as well as institutional decentralization and multilateralization are analyzed to support the argument.

Keywords: World Order. Interdependent Hegemony. Neogramscian Critical Theory.

INTRODUÇÃO

A história é um eterno devir e, portanto, eterno futuro

Oswald Spengler

O declínio da hegemonia estadunidense cerca as discussões da política internacional desde os anos 70. No campo das Relações Internacionais (RI), se torna objeto de estudo nos anos 80, marcado pela obra “Ascensão e Queda das Grandes Potências”, escrito pelo historiador britânico Paul Kennedy, em 1987. Desde então, a transição hegemônica e as mutações do imperialismo, enquanto categoria de análise, cercaram analistas internacionais na tentativa de encontrar um ponto de inflexão nesta trajetória. Arrighi (2007) entende a Guerra do Vietnã (1955 – 1975) como o evento que sinalizava uma crise da hegemonia estadunidense, a chamada “Síndrome do Vietnã”, tendo causado uma profunda cicatriz no exército e na política estadunidense por décadas. Outros

fatos históricos, como a Invasão ao Iraque em 2003 e a crise econômica de 2008, são vistos de forma semelhante. Contudo, os corolários da pandemia de COVID-19 e da Guerra na Ucrânia de 2022, por sua vez, podem finalmente materializar as teorias declinistas sobre a transição hegemônica dos EUA.

Dentro desta discussão, este artigo indaga os rumos da ordem mundial atual para uma transição ou reciclagem da hegemonia vigente. Para tanto, é utilizada a perspectiva crítica neogramsciana das Relações Internacionais, sobretudo o aporte analítico fornecido por Robert Cox sobre as ordens mundiais. Sua inspiração marxista e intrínseco materialismo histórico – como método de análise política – nos auxiliam no alcance de uma visão de totalidade, de modo a desvelar a *essência* de um processo que, na sua *aparência*, apontava para uma perpetuação do *status-quo* vigente.

O artigo se estrutura em três seções. A primeira realiza um breve recorte dos principais acontecimentos no Sistema Internacional sobretudo desde os anos 80, dentro do âmbito das discussões sobre hegemonia no campo da Economia Política Internacional (EPI), abordando as discussões entre declinistas e revivalistas nos anos 80 e 90, e triunfalistas e isolacionistas nos anos 90 e 2000. Temporalmente, esta seção aborda os acontecimentos pré-pandemia. A segunda seção, então, se inicia analisando a pandemia de COVID-19, a Guerra na Ucrânia de 2022, e os impactos destes eventos na configuração hegemônica do SI, como o papel da fragmentação do poder no setor da tecnologia. A terceira e última seção encapsula os argumentos e apontamentos evidenciados anteriormente a partir do referencial teórico neogramsciano, sobretudo o conceito de ‘hegemonia interdependente’.

A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE EM MUTAÇÃO

O período que decorre da Primeira Guerra Mundial até a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi palco de constantes e transversais mutações nas configurações de poder dos Estados e do SI como um todo. O domínio europeu e do Norte Global, suas duas guerras, destruição e reconstrução, assim como a ascensão e queda da URSS, foram eventos que marcaram e causaram a elevação dos EUA a condição de *hegemon*, bem como as discussões sobre o futuro do seu domínio.

Como Arrighi (2007) aponta, a Guerra do Vietnã é tida como o primeiro grande marco da queda da hegemonia estadunidense. A guerra não foi o único acontecimento dos anos 70 que marca essa inflexão, posto que o fim do padrão dólar-ouro no governo Nixon em 1971, a Crise do Petróleo de 1973/1979 e o escândalo de Watergate, foram igualmente importantes para aquecer o debate sobre o papel dos EUA no mundo. Essas discussões se elevaram nos anos 80, cercando formuladores de política e acadêmicos entre os chamados declinistas – como Paul Kennedy que via as políticas da Guerra Fria como uma superextensão do poder estadunidense, minando o poder dos EUA pelos crescentes custos da guerra, no conceito que ficou conhecido como *imperial overstretch* (Kennedy, 1987, p. 515), – e revivalistas – como Joseph Nye, Samuel Huntington e Aaron Friedberg, que acreditavam na perpetuação do poder estadunidense dado, dentre outros fatores, a complexidade e extensão do seu poderio multifacetado, negando as análises de que o

aumento nos custos da manutenção da hegemonia iriam causar a queda do país, vendo-as como simplistas e que ignoravam aspectos como o papel das instituições neste cenário³. Com o fim da URSS, estas análises declinistas perderam o debate, em face a um novo momento nas RI perante a hegemonia unipolar dos EUA.

A chegada do século XXI impôs novos desafios à esta hegemonia, a começar pelos atentados de 11 de Setembro e a subsequente Guerra do Iraque em 2003. Estes marcantes eventos aqueceram o debate dos triunfalistas – os que advogam que a presença dos EUA no SI deveria se expandir frente às novas ameaças – que venceram o debate perante os isolacionistas – grupos do fim dos anos 90 e das eleições presidenciais estadunidenses de 2000, que desejavam uma restrição da política externa do país em face ao crescentes custos das suas ações; contudo, este grupo perdeu sua relevância após o atentado do 11/09 e o apoio generalizado à Guerra ao Terror (Zahran; Ramos, 2010). Perante a ótica triunfalista, os EUA estavam assumindo o seu papel de polícia do mundo, tomando protagonismo hegemônico. Na verdade, como sugere Arrighi, “[...] assim como as dificuldades dos EUA no Vietnã precipitaram o *signal da crise da hegemonia dos EUA*, é muito provável que as dificuldades dos EUA no Iraque serão, em retrospecto, vistas como precipitadoras da sua *crise terminal*” (Arrighi, 2007, p. 185, *grifo nosso, tradução nossa*).

Diferentemente de uma visão triunfalista, a Guerra no Iraque serviu como um curativo, um paliativo às feridas abertas pelas crises estruturais de acumulação do capitalismo estadunidense. Dentro do léxico gramsciano, os EUA estariam passando por uma *Crise de Autoridade*, ou seja, não estão mais “liderando”, mas apenas ‘dominando’, exercendo força coercitiva” (Gramsci, 1999, p.556, *tradução nossa*). O líder é capaz de liderar justamente por ter o consentimento das massas, ter a capacidade de dar direção, enquanto o dominador pode fazê-lo através da mera coerção.

É neste sentido que observamos as guerras capitaneadas pelos EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial, como uma demonstração da fragilidade da hegemonia estadunidense, na medida em que elas obrigam os membros do SI a consentir, ou melhor, a aceitar os termos da sua hegemonia. Os EUA, na analogia de Johnson (2006), enquanto configuração imperialista de Estado, atuam como o Império Romano e Britânico, “combinando democracia em casa com um império no exterior” (p.89), de modo a nunca governar “[...] com o consentimento dos governados (p. 74)”; “disseminando a democracia na ponta de uma arma” (p.142, *tradução nossa*).

Sob inúmeros aspectos, mesmo com as contradições e desafios postos ao seu poder, os EUA ainda são a principal potência global. O ano de 2008, todavia, é marcante pela crise econômica enfrentada e a ascensão de potências emergentes no âmbito dos BRICS, sendo a materialização do surgimento de potências com a capacidade de, futura e conjuntamente, rivalizar o poder dos EUA. Sobretudo dois países BRICS valem ser mencionados como ameaças aos estadunidenses: a Rússia e a China.

³ Para um debate expandido sobre a discussão declinistas x revivalistas, ver Cox (2001); Clyne (2001) e Nye (1991).

Tendo conturbadas e cambiantes relações ao longo de sua história, a cooperação sino-russa nunca se viu tão intensa quanto nos mandatos de Vladimir Putin e Xi Jinping. Em 2014, a Rússia anexava a Crimeia, em um movimento que levou a inúmeras sanções por parte dos EUA e das potências ocidentais, as quais acabaram por ter um efeito muito pequeno sobre o crescimento da economia russa, sendo ineficazes como um instrumento de pressão política (Kholodilin; Netšunajev, 2019). Neste mesmo período, a Rússia se aproximou da China, anunciando duas dúzias de acordos bilaterais, incluindo venda de armas (Maizland, 2022; Stent, 2016). Paralelamente, Obama aprovava, em 2012 e 2015, um plano estratégico que via Rússia, China, Coreia do Norte e Irã como ameaças aos interesses nacionais do país, ao ponto de destinar, via pentágono, no caso chinês, o equivalente a US\$ 19 milhões para seis firmas, *think tanks*, consultores de defesa e acadêmicos para explorar planos de um eventual e preventivo ataque por terra e mar contra a China (Bandeira, 2016).

Diferentemente do que se imaginava, a China e a Rússia conseguem ser resilientes perante os desafios postos pela potência hegemônica e seus aliados. Com isso, a discussão dos triunfalistas do começo do século parece estar cada vez mais distante, em uma não-superação da “Síndrome do Vietnã”. Embora a pandemia e a Guerra na Ucrânia aparentassem uma valorização do papel dos EUA nestes eventos, com efeito, elas apenas reforçaram as tendências iniciadas nos anos 70 e cristalizadas no pós-2008.

DE WUHAN À KIEV: OS COROLÁRIOS SISTÊMICOS DA PANDEMIA E A GUERRA NA UCRÂNIA (2022)

A surpresa causada ao mundo pelo anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 sobre a pandemia de COVID-19 iniciada na cidade de Wuhan, na China, foi um evento sem precedentes na história recente do SI. Apenas um evento de mobilização global seria capaz de superar a importância estrutural que a pandemia teve e ainda tem. Em 24 de fevereiro de 2022, este evento foi justamente a invasão russa na Ucrânia, vista por observadores internacionais à época como a maior guerra (Tsvetkova, 2022) e crise de refugiados (Gerlach; Ryndzak, 2022) na Europa desde a segunda Guerra Mundial.

Como resposta imediata às mobilizações russas, os EUA e seus aliados anunciaram amplas sanções econômicas, acionando a “bomba-dólar” (Torres Filho, 2022). Através dela, os EUA podem bloquear, unilateralmente, as finanças de um país-alvo. Ela se materializou em 2001, após a liberação da empresa SWIFT, sistema de transações financeiras internacionais localizado na Bélgica, o qual deu acesso aos controladores financeiros estadunidenses para que realizassem ataques ao financiamento dos países e grupos-alvo da “Guerra ao Terror”. O resultado desta modificação na política da empresa foi a criação da bomba-dólar, a qual já foi utilizada contra a Coreia do Norte em 2005 e o Irã entre 2006 – 2015 e 2018. Ambos os casos foram extremamente exitosos, com a Coreia solicitando negociações das medidas com Washington, e o Irã aceitando limitar seu programa nuclear como forma de alívio (Zarate, 2013; Torres Filho, 2022).

No caso russo, a “bomba-dólar” foi acionada quase que imediatamente, apenas quatro dias após o início da invasão na Ucrânia em 2022, congelando as reservas internacionais do banco central russo. Diferentemente dos casos anteriores, contudo,

[...] o novo alvo é uma economia de porte relativamente grande (10ª maior do mundo), financeiramente mais integrada (o rublo era até recentemente uma moeda bastante conversível), que detém o maior arsenal atômico do mundo e que lidera as exportações mundiais de petróleo e de gás, sendo ao mesmo tempo o principal fornecedor desses produtos aos países europeus (Torres Filho, 2022, p. 81).

Se tratando de um país tão central em termos geopolíticos para a Europa e o mercado global de petróleo, a realização de um *decoupling* energético⁴ não é algo inteligível. Foi exatamente a consciência desta dependência que permitiu com que a Federação Russa tivesse resiliência perante a crise, adotando medidas domésticas como a elevação da taxa de juros e o fechamento da bolsa de valores, de modo a recuperar o valor do rublo em cerca de quatro semanas. Apesar das consequências econômicas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) russo no curto prazo, vale destacar os efeitos que a guerra causou no jogo geopolítico.

Assim como a aceleração da digitalização do trabalho e das relações sociais causada pelo *home office* durante a pandemia, a Guerra na Ucrânia de 2022 foi responsável pela aceleração de alguns processos que já estavam em curso dentro do SI. O primeiro deles a ser mencionado, diferentemente do que fora comumente noticiado, trata das relações sino-russas. Embora muito se discuta a respeito do estremecimento destas relações em face ao não-apoio chinês à posição russa na guerra, todavia, este ato não revela a totalidade desta relação. A China não apoiou a Rússia pois não é da sua praxe diplomática, não é condizente com o seu acumulado histórico diplomático. Não obstante, esse posicionamento não é nenhuma novidade, uma vez que a China também não apoiou a anexação da Crimeia (Maizland, 2022). Pelo contrário, algumas movimentações indicam um aquecimento destas relações não somente em decorrência da guerra, mas pelo desenvolvimento do tabuleiro geopolítico.

Eles tendem a votar de forma similar dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), além de participarem de organizações internacionais em conjunto. Militarmente, as duas potências estão complexificando suas relações, através de acordos estratégicos no campo dos sistemas de navegação no âmbito dos satélites Beidou (chinês) e GLONASS (russo), no campo da Inteligência Artificial (IA), além de realizarem exercícios militares conjuntos, até mesmo com outras potências não-ocidentais, caso do antes mencionado Irã (Kirchberger, 2022).

Não somente a cooperação sino-russa, mas o processo de desocidentalização global também foi acelerado, prova do próprio desprestígio e questionamento sobre o papel da OTAN e dos EUA no mundo. No âmbito da Guerra na Ucrânia, os 141 votos a favor da condenação da guerra na Assembleia Geral da ONU mascaram as contradições socioeconômicas inerentes a esse

⁴ Assim como no caso do *decoupling* tecnológico e das cadeias globais de valor, o termo diz respeito ao desacoplamento de um ou mais atores originalmente necessários para a execução de um processo, como a exportação e importação de produtos, a transmissão de energia, dentre outros fatores. Neste caso, diz respeito a dificuldade da desassociação europeia das fontes energéticas russas.

processo. A saber, se analisarmos a votação dos países sobre o apoio ou condenação da guerra promovida pela Rússia, em termos do tamanho do seu PIB e da sua população, chegamos a uma conclusão interessante: segundo o Economist Intelligence (2022), 70 % do PIB global condena os atos russos e segue a cartilha do ocidente, contudo, dois terços da população global é neutra ou pró-Rússia. Ou seja, mais da metade do mundo não reprovou a invasão.

Outro campo que foi severamente impactado não pela Guerra na Ucrânia, mas pela pandemia, foi o setor de tecnologia. A pandemia não foi a única responsável pelas transformações no campo da tecnologia, mas, assim como a cooperação sino-russa, o processo de digitalização e fragmentação do poder tecnológico foi acelerado. A disputa no campo da tecnologia vem se intensificando nos últimos anos, sobretudo com a administração Trump, que tomou medidas protecionistas neste setor. Se trata de um verdadeiro e crescente ‘*decoupling* tecnológico’, diminuindo a quantidade de licenças aprovadas para a venda de itens de software e hardware chinês no país, bem como a exportação destes itens fabricados nos EUA para a China. É o caso também do aumento ao poder do Comitê de Investimento Estrangeiro nos Estados Unidos (CFIUS), que vem bloqueando a quantidade de fusões e aquisições feitas pela China nos EUA, sobretudo no setor de indústria de ponta tecnológica (García-Herrero; Tan, 2020). A China, por sua vez, assumiu a liderança em áreas como a infraestrutura de 5G, através de empresas como a Huawei e a ZTE, que representam cerca de 20% do mercado global de patentes no setor de tecnologia 5G (Chen, 2021).

Fernandes *et al* (2022) analisam as transformações globais do dinamismo científico e tecnológico através dos indicadores sobre publicações científicas em revistas internacionais, e o dinamismo de inovação, através da participação em registros de patentes globalmente desde 1990 até 2020. Sobre o primeiro aspecto, os EUA correspondiam, em 1996, por 31% das publicações científicas em revistas internacionais indexadas, seguida da União Europeia (UE) com 36%. Em 2020, esses valores correspondem a 16% e 29%, respectivamente, com a China saltando de 2% para 16% no mesmo período. Desta forma, o número de potências classificadas como “relevantes” nesta área, saltou de quatro para sete⁵. Sobre a questão da inovação, a quantidade de patentes registradas pelas potências não-ocidentais⁶ em escritórios nacionais em 2020 representou 40% de todos os registros, liderados pela China, quem mais registrou patentes no ano, com 29%. No âmbito do United States Patent and Trademark Office (USPTO), o escritório estadunidense para registro de patentes, as potências não-ocidentais também aumentaram o seu registro entre 2000 e 2020, com a Coreia do Sul saltando de 2% para 6%, a Índia de 0% para 2% e a China de 0% para 7%, respectivamente. Concluindo o trabalho, os autores apontam que, nestas duas áreas, além do PIB, há

⁵ Sendo estes Estados Unidos, União Europeia, Japão, e Canadá - os quatro originais -, e agora integrando este grupo a Índia, a Rússia e a China.

⁶ Dentro do cálculo da potências não-ocidentais a partir do trabalho de Fernandes *et al* (2020), consideramos a China, Índia, Rússia, Brasil e Coreia do Sul, descartando a categoria “resto do mundo” por ela conter outros países ocidentais como a Austrália e o Canadá.

[...] uma dinâmica de desenvolvimento desigual, com o enfraquecimento relativo do poder dos Estados Unidos, Europa e Japão, e a rápida ascensão de países em desenvolvimento de renda média que compunham a periferia do sistema internacional, com destaque absoluto para a China, mas abarcando também – de forma diferenciada – a Índia e a Coreia do Sul (Fernandes *et al*, 2022, p. 80).

Esses processos de descentralização tecnológica tendem a se intensificar na medida em que a pandemia acelerou o processo de digitalização das economias. Eles têm o potencial de desbloquear economias da periferia e da semiperiferia do capitalismo com tecidos produtivos historicamente marginalizados. Algumas projeções apontam que a maior participação em fluxos de dados transfronteiriços tem o potencial de aumentar o PIB em 50% (Manyika; Lund; Bughin, 2016). No caso da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), as projeções apontam que a indústria 4.0 pode aumentar entre 35% e 40% do valor de mercado da região em 10 anos, representando um aumento entre US\$ 210 e 230 bilhões em produção (Chen, 2021).

Todas estas transformações decorridas no SI no século XXI, assim como o surgimento de novos atores que muito influenciam este cenário, faz com que as terminologias clássicas como “hegemonia unipolar” ou “benevolente” se tornem insuficientes para analisar a configuração hegemônica do sistema, reflexo da complexidade deste sistema. Portanto, este artigo se utiliza de uma perspectiva alternativa para a compreensão deste fenômeno, o aporte conceitual e teórico da chamada “Hegemonia Interdependente”.

A RECONFIGURAÇÃO SISTÊMICA PARA UMA HEGEMONIA INTERDEPENDENTE

Li Xing (2014; 2016; 2019a; 2019b; Shengjun, 2020), a partir do referencial de Robert Cox (1981) e a teoria crítica neogramsciana das RI, observa o SI como sendo mais interdependente do que meramente conflituoso, o que implica dizer que as fontes de manutenção do poder estrutural do sistema não estão mais monopolizadas pelos EUA e o ocidente, mas largamente dependentes de uma série de atores emergentes, sobretudo a China.

Dentro do léxico da EPI, as mudanças decorridas no século XXI lideradas pela China apontam para uma transição hegemônica. Samir Amin (1997) entende que a ascensão e queda de uma ordem mundial é determinada pela competição em cinco monopólios, o da tecnologia, do controle sobre as finanças globais, o acesso a recursos naturais, a mídia e as telecomunicações e os meios militares de destruição em massa; semelhante a noção de Strange (1987) e as quatro áreas de poder estrutural: segurança, produção de bens e serviços, controle sobre crédito e finanças e o domínio das ideias e do conhecimento. Ao olharmos para os elementos empíricos abordados neste trabalho, observamos que tanto os EUA quanto as potências ocidentais não detêm o monopólio dessas áreas.

A China coloca um desafio ao sistema de financiamento global a partir dos seus bancos nacionais de desenvolvimento, bem como os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) que lidera, além da liderança tomada em setores como a tecnologia. Este último não possui monopólio, sendo disputado por atores como a Coreia do Sul e o Japão. Entre eles, existe

[...] um processo dialético de desafio mútuo, constrangimento mútuo, necessidade mútua e acomodação mútua engajada por potências existentes e emergentes. Simboliza uma situação dinâmica em que os defensores e desafiadores do sistema estão entrelaçados em um constante processo de interação de modelamento e remodelamento da ordem mundial (Xing; Shengjun, 2020, p. 82, tradução nossa).

Este processo pressupõe a existência de diferentes “variedades de capitalismo”, formas de governança divergentes, em contraposição a uma única forma de capitalismo e governança global. Este cenário é fruto da complexidade do SI, que mesmo no âmbito da votação sobre a suspensão da Rússia do Conselho de Direitos Humanos da ONU, contou com 24 países votando contra a proposta e outros 58 que abstiveram seu voto (Routley, 2022).

As normas e regras que moldaram o SI, sobretudo através das Organizações Internacionais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial, como a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que eram tidas como características que diferenciavam os EUA dos demais *hegemon*s até então, como no caso da Grã-Bretanha no século XIX. Ao adotarmos uma lente neogramsciana, no entanto, percebemos que essas mesmas organizações são reflexo da ordem mundial vigente no momento de sua criação. As transformações que decorrem com o passar do tempo, pressupõem uma atualização desta ordem. As condicionantes políticas e econômicas fazem com que ela se torne cada vez mais dependente de atores anteriormente subordinados. Em termos econômicos, o ocidente é inteiramente dependente do Sul Global, dada sua demanda por mão-de-obra, recursos naturais ou manufaturas, como no caso de inúmeros países do Leste Asiático. Politicamente, como demonstrado no caso das votações, o ocidente depende destes mesmos países para levar adiante suas pautas em organizações internacionais. Contudo, o oposto também é válido, de forma que a China e outras potências emergentes só foram capazes de ascender econômica e politicamente graças a sua integração político-econômica à ordem vigente (Ikenberry, 2008). Em tons finais no que concerne a concepção de hegemonia interdependente a qual sustentamos:

Na era atual do capitalismo transnacional, é menos provável que a China e as potências emergentes estabeleçam uma nova ordem mundial com uma hegemonia alternativa. Uma característica única da EPI da ordem mundial emergente pode ser caracterizada pela sua dupla complexidade: por um lado, o mundo está testemunhando o retorno da histórica “rivalidade das grandes potências” caracterizada por conflitos de segurança e competição de poder de soma zero, como a rivalidade China-EUA; enquanto, por outro lado, *o sistema mundial capitalista está entrando em uma era de “hegemonia interdependente” caracterizada pela contínua capacidade de resiliência do sistema na acomodação e integração de novos poderes* (Xing; Shengjun, 2020, p.85, grifo nosso, tradução nossa).

CONCLUSÃO

Esta relação dualística da China e das potências emergentes ante o Sistema Internacional enfrenta um cenário no qual o velho está morrendo, e o novo não pode nascer, pois o passado comprime o cérebro dos vivos. A “Síndrome do Vietnã” ainda não foi, e não será superada,

enquanto os EUA seguirem sua “segunda guerra fria”⁷ (Bandeira, 2014). Os acontecimentos políticos derivados da Guerra na Ucrânia que ainda estão se desenrolando, sobretudo o avanço da OTAN na Europa, remontam à mesma necessidade do acordo da Paz de Westfália de 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos entre Bourbons e Habsburgos, marco fundador do chamado “Estado-Nação”, um dos conceitos fundadores das próprias RI. Este tratado, que por muito tempo regeu as relações interestatais, perpassa períodos de submissão ao imperialismo vigente, tendo sido substituído institucionalmente pela ONU, principal organização internacional no que tange a mediação destas relações. Todavia, como os acontecimentos recentes – e não tão recentes, como a própria Guerra do Iraque, que não contou com o apoio da Assembleia Geral da ONU – foram capazes de demonstrar, a ONU vem atingindo seus limites políticos e institucionais no que tange a sua capacidade de mediação do SI. Se faz necessária, então, uma atualização dos seus termos, uma ‘Nova Westfália’.

Os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin, na ocasião da comemoração dos 70 anos do estabelecimento das relações diplomáticas sino-russas, em 2019, abordaram este tema:

A Rússia e a China apoiam conjuntamente a multipolarização mundial, salvaguardam o direito internacional, bem como os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas (ONU), e *promovem a formação de uma nova ordem internacional baseada nos princípios de igualdade, benefício mútuo e cooperação ganha-ganha* (China, 2019, *grifo nosso, tradução nossa*).

O que a China, a Rússia, e outras potências emergentes adjacentes ao epicentro do capitalismo global procuram entregar é uma nova forma de interpretação e interconexão do mundo. Dentro do léxico do governo chinês, se trata da busca pela “Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade”. Os desafios postulados pela nova configuração do Sistema Internacional pressupõem mudanças, novas configurações e arranjos institucionais. Este conluio de eventos históricos recentes, diria Arrighi, precipitam a crise terminal deste sistema. Diria Hegel (2003):

[...] o espírito que se forma lentamente, tranquilamente, em direção à sua nova figura, vai desmanchando tijolo por tijolo o edifício de seu mundo anterior. Seu abalo se revela apenas por sintomas isolados; a frivolidade e o tédio que invadem o que ainda subsiste, o pressentimento vago de um desconhecido são os sinais precursores de algo diverso que se avizinha. Esse desmoronar-se gradual, que não alterava a fisionomia do todo, é interrompido pelo sol nascente, que revela num clarão a imagem do mundo novo (Hegel, 2003, p. 31).

⁷ Que seria, segundo o autor, a política levada a cabo pelos EUA desde o fim da URSS, geradora de “[...] rebeliões nos países do Oriente Médio e da África do Norte, bem como nos Bálcãs — Iugoslávia, Kosovo, Bósnia, Croácia etc. — e nas repúblicas orientais da finada União Soviética” que eles “empreenderam, explorando fatores endógenos e encorajando a oposição doméstica, com o objetivo, *inter alia*, de avançar o sistema de *global governance*, sob sua hegemonia, e assegurar completamente o monopólio das fontes de energias fósseis e de rotas estratégicas, *vis à vis* de um inimigo invisível/visível, representado pela emergência da China, como superpotência econômica e novo centro de poder mundial, e do soerguimento da Rússia, sob o governo do presidente Vladimir Putin (2000-2008 e 2008-2012), ademais de reforçar a segurança e o predomínio de Israel na região” (p. 567).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amin, S. (1997). *Capitalism in the Age of Globalization: the Management of Contemporary Society*. London: Verso.
- Arrighi, G. (2007). *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*. Brooklyn, NY: Verso.
- Bandeira, L. (2014) *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bandeira, L. (2016). *A Desordem Mundial – o espectro da dominação total: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chen, L. (2021). 'Digital Asia: Facing Challenges from GVCs Digitalisation, US—China Decoupling, and the Covid-19 Pandemic'. *Economic Research Institute for ASEAN and East Asia Policy Brief*.
- China. (2019). *Xi Jinping and President Vladimir Putin of Russia Attend a Gathering Marking the 70th Anniversary of the Establishment of the China-Russia Diplomatic Relations and Watch an Artistic Performance*. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/2019zt/xjpcfelsgjjjt/201906/t20190611_710421.html. [Acesso em 25 outubro 2022].
- Clyne, S. S. (1991). The debates surrounding America's hegemonic decline: a critical assessment.
- Cox, R. (1981). 'Social forces, states and the world order: beyond international relations theory'. *Millennium – Journal of International Studies*, 10(2), pp. 126-155.
- Cox, M. (2001). Whatever happened to American decline? International relations and the new United States hegemony. *New Political Economy*, 6(3), 311-340.
- Fernandes, L. et al. (2022). 'A vingança de Prometeu: ciência, tecnologia, inovação e a reconfiguração do poder internacional no século 21'. *Revista Tempo do Mundo*, (28), pp. 43-84.
- García-Herrero, A; Junyu, T. (2020). 'Deglobalisation in the context of United States-China decoupling'. *Policy Contribution*, 21, pp. 1-16.
- Gerlach, I; Ryndzak, O. (2022). 'Ukrainian migration crisis caused by the war'. *Studia Europejskie-Studies in European Affairs*, 26(2), pp. 17-29.
- Gramsci, A. (1999). *Prison notebooks: further selections from the prison notebooks*. London: Electric Book Company.
- Hegel, G. (2003). *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis, Vozes.
- Ikenberry, G. J. (2008). 'The Rise of China and the Future of the West'. *Foreign Affairs*.
- Johnson, C. (2006). *Nemesis: The last days of the American republic*. Macmillan.

Kennedy, P. (1987). *The Rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. New York, US: Random House.

Kirchberger, S. (2022). 'Russian-Chinese Military-Technological Cooperation and the Ukrainian Factor'. In: *Russia-China Relations*. Springer, Cham, pp. 75-100.

Kholodilin, K. Netšunajev, A. (2019). 'Crimea and punishment: the impact of sanctions on Russian economy and economies of the euro area'. *Baltic Journal of Economics*, 19(1), pp. 39-51.

Maizland, L. (2022). 'China and Russia: Exploring Ties Between Two Authoritarian Powers'. Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounders/china-russia-relationship-xi-putin-taiwan-ukraine>. [Acesso em 24 outubro 2022].

Manyika, J; Lund, S; Bughin, J. (2016). 'Digital Globalization: The New Era Global Flows'. McKinsey Global Institute.

Nye, J. S. (1991). *Bound To Lead: The Changing Nature of American Power*. Basic Books.

Routley, N. (2022). 'Russia Has Been Suspended From the UN Human Rights Council'. Visual Capitalist. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/russia-has-been-suspended-from-the-un-human-rights-council/>. [Acesso em: 25 outubro 2022].

Spengler, O. (1991). *The decline of the West*. Oxford University Press, USA.

Stent, A. (2016). *Russia, China, and the West After Crimea*. Washington, DC: Transatlantic Academy.

Strange, S. (1987). 'The persistent myth of lost hegemony'. *International organization*, 41(4), pp. 551-574.

Torres Filho, E. (2022). 'Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica'. *Revista de Economia Política Internacional*, 21(2).

Tsvetkova, M. (2022). *Putin puts nuclear deterrent on alert; West squeezes Russian economy*. Reuters. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/india/war-with-ukraine-putin-puts-nuclear-deterrence-forces-alert-2022-02-27/>. [Acesso em 24 outubro 2022].

Xing, L. (2014). 'Conceptualizing the nexus of "interdependent hegemony" between the existing and the emerging world orders'. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, 7(3), pp. 343-362.

Xing, L. (2016). 'From "Hegemony and World Order" to "Interdependent Hegemony and World Re-order"'. In: *Emerging powers, emerging markets, emerging societies*. Palgrave Macmillan, London. pp. 30-54.

Xing, L. (2019a). 'The international political economy of the BRICS in a changing world order: Attitudes and actualities'. In: *The International Political Economy of the BRICS*. Routledge. pp. 1-17.

Xing, L. (2019b). Understanding the Multiple Facets of China's "One Belt One Road" Initiative. In: *Mapping China's 'one belt one road' initiative*. Palgrave Macmillan, Cham. pp. 29-56.

Xing, L; Shengjun, Z. (2020). 'The international political economy of the rise of China and emerging powers: Traditional perspectives and beyond'. In: *The Routledge Handbook to Global Political Economy*. Routledge, pp. 74-91.

Zahran, G; Ramos, L. (2010). 'From hegemony to soft power: implications of a conceptual change'. In: *Soft power and US foreign policy*. Routledge. pp. 24-43.